

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Departamento de Gestão e Negócios

Lucas Alves Pires

**A CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA E SEUS EFEITOS
SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO:
uma análise do triênio 2015-2017**

Taubaté – SP
2020

Lucas Alves Pires

**A CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA E SEUS EFEITOS
SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO:
uma análise do triênio 2015-2017**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para aprovação no curso de Bacharel em Ciências Econômicas, do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Orientador: Prof. Dra. Marcela Barbosa de Moraes.

**Taubaté – SP
2020**

LUCAS ALVES PIRES

**A CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA E SEUS EFEITOS SOBRE O MERCADO DE
TRABALHO BRASILEIRO: uma análise do triênio 2015-2017**

Monografia apresentada como parte dos requisitos
para aprovação no curso de Bacharel em Ciências
Econômicas, do Departamento de Gestão e
Negócios da Universidade de Taubaté.

Data: _____ / _____ / _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marcela Barbosa de Moraes

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. _____

Assinatura: _____

Prof. _____

Assinatura: _____

Prof. _____

Assinatura: _____

Agradeço fortemente ao apoio dos familiares e amigos para a realização deste trabalho

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas -SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

P667c Pires, Lucas Alves
A crise política e econômica e seus efeitos sobre mercado de
trabalho brasileiro : uma análise do triênio 2015-2017
/ Lucas Alves Pires. -- Taubaté : 2020.
42 f. : il.

Trabalho (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Gestão e Negócios / Eng. Civil e Ambiental,
2020.

Orientação: Profa. Dr. Marcela Barbosa de Moraes,
Departamento de Gestão e Negócios.

1. Crise econômica. 2. Brasil – Condições econômicas. 3.
Brasil – Política econômica. I. Título.

CDD - 338.5420981

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Maria Ap. Lemos de Souza - CRB-8/9087

AGRADECIMENTOS

Este trabalho concentra as boas energias de todos que me cercaram durante esta jornada acadêmica.

Dedico esta singela homenagem ao apoio incondicional dos meus pais e eternos amigos, Celso e Ednéia, por acreditarem em minha capacidade e investirem tanto para que meu futuro seja o melhor possível.

Aos amigos que fiz durante esta caminhada, o esforço que tivemos juntos e a todas as risadas que deleitamos no decorrer dos anos, em especial à Kathleen e Matheus, vos desejo um grande abraço.

Ao meu irmão e parceiro, Renan, por nunca desacreditar do meu potencial e sempre me incentivar a ser grande e ir atrás das minhas conquistas.

Aos meus presentes de 2020, Alinne e Eduardo, por terem colorido meus dias e deixado a vida mais leve.

Ao corpo docente da Universidade de Taubaté que sempre se mostraram à disposição de atender nossas dúvidas e por doar do próprio tempo para garantir o futuro profissional de seus alunos.

Gostaria, também, de agradecer à oportunidade de emprego que tive nos últimos 15 meses pela equipe da ContabExpress, especial à Cinthia que acreditou no meu potencial e me fez evoluir como profissional e como pessoa.

E por fim, e não menos importante, à minha grandiosa parceira e namorada, Thainá, que por vários dias e noite, investiu tempo e sono me dando forças e auxiliando no desenvolvimento deste trabalho, e me fazendo crer que ele seria concluído.

Sou extremamente grato pelo carinho, atenção e amor de todos vocês.

“Cada adversidade, cada fracasso, cada dor de cabeça carrega consigo a semente de um benefício igual ou maior.” (Napoleon Hill)

RESUMO

Neste trabalho será apresentado uma análise da crise econômica brasileira de 2014 no mercado de trabalho revisando os impactos financeiros e sociais. A crise de 2014 foi desencadeada devido a decisões políticas tomadas referente a crise mundial de 2009, entardecendo os seus impactos no Brasil. O PIB, nesta época, teve um decréscimo de mais de 2,5% durante dois trimestres seguidos, caracterizando o período de recessão. Este fato resultou na desaceleração dos investimentos na economia do país, aumento do desemprego, queda do consumo das famílias e etc. O estudo foi feito através das análises de gráficos e dados gerados pelo IBGE para essa época, mostrando os impactos no mercado de trabalho. A crise aumentou a quantidade de desocupados no país, fazendo com o salário médio fosse reduzido e houvesse queda do poder de compra das famílias. Além disso, os dados do IBGE mostram que negros e pessoas na faixa etária de 14 a 29 anos foram os mais afetados.

Palavras Chave: crise; Brasil; economia; PIB; desemprego; política.

ABSTRACT

This paper will present an analysis of the Brazilian economic crisis of 2014 in the labor market reviewing the financial and social impacts. The 2014 crisis was triggered by political decisions made regarding the 2009 global crisis, delaying impacts in Brazil. GDP, at this time, decreased by more than 2.5% during two consecutive quarters, marking the recession period. This fact resulted in a reduction on the country's investments rate, increased unemployment, decrease on domestic consumption and etc. The study was done through the analysis of graphs and data generated by IBGE, showing the impacts on the labor market. The crisis increased the number of unemployment in the country, causing the average wage to be reduced and there was a drop in the purchasing power of families. In addition, IBGE data show that black and young people aged between 14 to 29 years were the most affected among others.

Keywords: crisis; Brazil; economy; GDP; unemployment; political.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação das fases de um ciclo econômico e seu ponto de recuperação	16
Figura 2: Desenvolvimento do PIB brasileiro antes e durante a crise de 2014.	20
Figura 3: Depreciação do preço do preço das <i>commodities</i> em porcentagem.	23
Figura 4: Curva de Phillips.	25
Figura 5: Representação da curva NAIRU.	26
Figura 6: Taxa de variação anual em volume do PIB, PIB per capita e consumo das famílias brasileiras no período de 2012 a 2018 dando destaque para o período de 2015 a 2017	28
Figura 7: Participação dos trabalhadores com 14 anos ou mais no Brasil no período de 2012 a 2018 dando destaque para os anos de 2015 a 2017	30
Figura 8: Variação IPCA e Meta inflacionário destacando os anos de 2015 a 2017.	31
Figura 9: Gráfico com os indicadores selecionados do mercado de trabalho brasileiro no período de 2012 a 2018 com ênfase nos anos de 2015 a 2017	32
Figura 10: Evolução dos valores da cesta básico no Brasil no período de 2012 a 2018 com ênfase nos anos de 2015 a 2017.....	32
Figura 11: Relação de pessoas ocupadas a partir dos 15 anos nos períodos de 2014 e 2015	33
Figura 12: Variação da taxa de desemprego entre 2014 e 2017 dos estados mais afetados.....	34
Figura 13: Variação do salário por região dos anos de 2014 e 2015.....	35
Figura 14: Taxa de desocupação por sexo da população nos anos de 2012 a 2017 destacando -se os anos de 2015 a 2017	36
Figura 15: Distribuição de desocupados por cor/raça no Brasil no período de 2012 a 2017 com análise nos anos de 2015 a 2017	37
Figura 16: Taxa de desocupação por grupo de idade nos anos de 2012 a 2018 em porcentagem com destaque nos anos de 2015 a 2017	38

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PIB – Produto Interno Bruto

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

EUA – Estados Unidos da América

NME – Nova Matriz Econômica

NAIRU - *Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment*

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema	13
1.2 Objetivo do trabalho	13
1.3 Delimitação do trabalho	13
1.4 Importância do trabalho	13
1.5 Metodologia de pesquisa	14
1.6 Organização do trabalho.....	15
CAPÍTULO 2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
2.1 Os Ciclos Econômicos	16
2.1.1 Crise econômica.....	17
2.1.1.1 Causas de uma crise Econômica	18
2.1.1.2 Consequências da crise econômica de 2008 no EUA.....	19
2.2 O comportamento da economia brasileira no período 2014.....	20
2.3 Origem e as principais causas da crise brasileira iniciada em 2014	22
2.4 A relação entre crescimento econômico e emprego	26
CAPÍTULO 3 – PANORAMA DO DESEMPREGO NO BRASIL COM BASE NA CRISE ECONÔMICA/POLÍTICA NO TRIÊNIO 2014-2017	28
3.1 Efeitos da crise de 2014 no mercado de trabalho brasileiro.....	28
3.2 Efeitos da crise de 2014 no mercado de trabalho brasileiro por região....	33
3.3 Efeitos da crise de 2014 no mercado de trabalho brasileiro por faixa etária, sexo e cor	35
CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A economia de um país é cíclica passando pelos períodos de expansão, *boom*, recessão, depressão e recuperação. A fase que caracteriza o início de uma crise é o *boom*, sendo assim as fases de recessão e depressão o desdobramento da queda da economia. O principal indicador que mede o desenvolvimento do país é o PIB (Produto Interno Bruto) (REIS, 2018). Quando há a queda desse valor por mais de dois trimestres seguidos, dizemos que o país está em crise. Isso ocorreu no ano de 2014 no Brasil, tendo a queda desse valor para -0,5 % (média anual), considerada uma das maiores do país (CUNHA, 2017).

Os fatores que ocasionaram a queda do PIB de 2014 foi desencadeada devido a um conjunto de decisões políticas e adiamento dos efeitos da crise mundial de 2009 no país. Além disso, a redução dos preços das *commodities* no Brasil e alta inflação, devido à falta de investimento dos maiores exportadores desse tipo de mercadoria, também afetou o índice (MELLO; ROSSI, 2017). A maior parte do PIB brasileiro é composta pelas atividades de agropecuária (setor primário), justificando a queda. As principais consequências desse evento foram a falta de investimento, queda no setor de construção civil, quebra da produção das indústrias, queda da extração mineral, aumento da pobreza e aumento do desemprego (MANZI, 2016).

Para o mercado financeiro e com os dados fornecidos pelo IBGE, a queda de empregos é um sinal de que a economia do país está regredindo, gerando excesso de oferta de mão de obra para produção e prestação de serviço. Como consequência dessa queda, houve um aumento de empregos informais e autônomos atingindo diretamente o poder de compra e renda familiar. Cada estado e grandes regiões também foram atingidas de maneiras diferentes devido as suas principais atividades comerciais. Outro impacto no emprego que podemos considerar ocorreu por classes sociais como idade, cor/raça e sexo, sendo os mais jovens e negros os mais atingidos. Este trabalho tem como objetivo mostrar os impactos da crise nesses setores através da análise de gráficos e dados.

1.1 Problema

A crise brasileira iniciada em meados de 2014 e aprofundada em 2015, teve seus fundamentos na área econômica e financeira, além do viés político, que se tornou insustentável e agravou em tal ponto que criou um ciclo vicioso da política interferindo na economia e isso impactou diversos setores do país (MANCEBO, 2017).

Diante desse cenário de desaceleração da economia, com redução gradual do ritmo de crescimento da economia brasileira, sendo como efeito, a redução das taxas de desemprego a que se assistia nos anos precedentes.

Neste contexto, o trabalho questiona: Com relação a temática do emprego, notadamente evidenciado pela interrupção do curso de crescimento, quais foram os dados sobre a retração econômica no triênio 2014/2017 e seus reflexos sobre o aumento nas taxas de desemprego?

1.2 Objetivo do trabalho

Apresentar um panorama geral da situação de desemprego no Brasil, com especial enfoque nos anos 2014-2017, observando-se, portanto, os reflexos da crise sobre o mercado de trabalho.

1.3 Delimitação do trabalho

O trabalho limita-se a apresentar um panorama da crise brasileira iniciada em meados de 2014, aprofundada em 2015 e que repercutiu até 2017, teve seus fundamentos na área econômica, financeira e no viés político, que impactou diretamente no mercado de trabalho, aumento o desemprego da população.

1.4 Importância do trabalho

Quando o objeto de investigação se trata do desenvolvimento econômico-social, pouca dúvida há acerca do protagonismo da variável emprego, tanto como indicadora do próprio crescimento e dinamismo de uma economia, quanto como condicionante destes.

A análise do mercado de trabalho propicia um aparato substancial para investigações ligadas à dinâmica e trajetória evolutiva de uma dada região, podendo ser empreendida sob distintas nuances.

Na literatura econômica, a preocupação com a geração e manutenção de um dado nível de emprego remonta aos primeiros trabalhos que compreendem o nascimento da economia enquanto ciência, constituindo um dos objetos centrais de investigação da economia política clássica, desde seu nascimento com Adam Smith, materializado em sua obra “A riqueza das nações, investigação sobre sua natureza e suas causas” de 1776 (CARNEIRO, 2017).

E, com isso, o Brasil passa por uma conjuntura econômica e política bastante difícil para as classes trabalhadoras, uma vez que a maior crise econômica iniciada em 2014, tem se arrastado sem previsibilidade segura de uma retomada ou até mesmo moderada do crescimento, mantendo as altas taxas de desemprego e o aumento da insegurança social (MANCEBO, 2017).

Diante disso, torna-se importante estudar sobre esse tema e dessa forma, contribuir para a compreensão dos reflexos da crise econômica sobre o mercado de trabalho e o aumento do desemprego no Brasil.

1.5 Metodologia de pesquisa

A metodologia do trabalho consiste na análise de dados fornecidos por fontes confiáveis. A revisão bibliográfica foi feita a partir de trabalhos já publicados e consolidados no assunto, complementando ideias e estudos realizados em sala de aula. A principal fonte de pesquisa utilizada foi o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), órgão responsável pelos dados referentes a população brasileira e sua economia. Na base do instituto, foram encontrados trabalhos e gráficos explicativos com o foco na influência da crise de 2014 para o mercado de trabalho levando em consideração variados pontos de vista como região, idade, cor/raça, sexo, padrões de comércio e indústria da região e etc.

1.6 Organização do trabalho

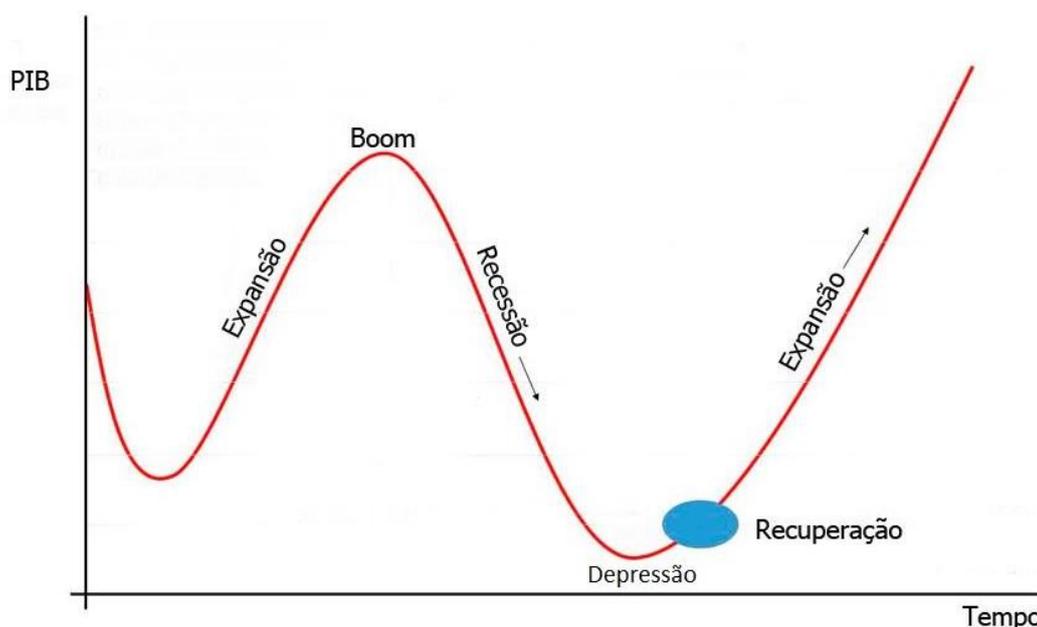
O trabalho está organizado em quatro seções. A primeira consiste na introdução, apresenta o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, a delimitação, a importância, a metodologia e sua organização. Já a segunda seção apresenta a revisão da literatura abordando assuntos relacionados a crise política e econômica e seus efeitos sobre o mercado de trabalho. A terceira seção apresenta uma análise dos dados sobre o mercado de trabalho brasileiro em consequência da crise política e econômica no triênio 2015/2017. A quarta seção traz as considerações finais do trabalho.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Os Ciclos Econômicos

Os ciclos econômicos são caracterizados pelas flutuações que ocorrem na economia em curto prazo, envolvendo uma alternância de períodos de recuperação e prosperidade, com períodos de relativa estagnação ou recessão (REIS, 2018). O seu estudo envolve informações relativas à economia afim de mostrar a taxa de desemprego, a taxa de juros, inflação, a dívida externa, entre outros. Entretanto, o principal fator e datação dos ciclos é o Produto Interno Bruto (PIB), segundo o Comitê de Datação de Ciclos (CODAGE) sendo a sua atualização trimestral (CUNHA, 2017). Para os especialistas, os ciclos são divididos, no geral, em quatro partes sendo elas: expansão; *boom*; recessão e depressão como demonstrado na figura 1.

Figura 1: Representação das fases de um ciclo econômico e seu ponto de recuperação.



Fonte: Adaptado MATUTE, 2018.

De acordo com CUNHA, 2017 a análise das fases do ciclo econômico é essencial para o entendimento do funcionamento do mercado. Sendo assim, podemos descreve-las da seguinte maneira:

Expansão: apresenta demanda agregada elevada, alta empregabilidade, aumento de produção e lucro alto das empresas;

Boom: determinada pelo pico de expansão, é nessa fase onde haverá excessos por parte da oferta agregada;

Recessão: se torna agravante o aumento da competitividade de mercado, redução de preços e aumento na taxa de desemprego dando o início ao processo de crise econômica;

Depressão: este é onde se concentra o pico do cenário de crise econômica. Nesta fase há altas taxas de desemprego, queda drástica no lucro das empresas, redução da renda das famílias e conseqüentemente declínio no poder de compra da população;

Com isso, pode-se concluir que a economia inevitavelmente passará por períodos de prosperidade e retração (recessão e depressão) onde a crise possui o seu início na recessão e tem pico na fase de depressão (SANKHYA, 2017).

Os ciclos econômicos ainda podem ser classificados segundo sua periodicidade (NETO, 2019):

Ciclo de Kitchin (3-5 anos): caracterizado pelas oscilações nos preços em atacado e volumes elevados de estoque.

Ciclo de Juglar (7-11 anos): relacionado as flutuações no PIB com gastos em investimentos, inflação e mercado de trabalho.

Ciclo de Kuznets (15-25 anos): de prazo um pouco mais elevado, se liga diretamente as alterações relacionadas a evolução da infraestrutura, como transporte e habitações.

Ciclo de Kondratiev (45-60 anos): marcado especificamente por revoluções tecnológicas, principalmente em regimes capitalistas.

2.1.1 Crise econômica

Conforme CARVALHO, (2018) e a visão marxista, o período de crise econômica é caracterizado pelo declínio na atividade econômica, ou seja, redução na demanda agregada e queda no nível geral de lucro das empresas. Com lucros menores, as empresas tendem a realizar demissões em massa, o que aumenta significativamente a taxa de desemprego. O aumento no nível de desempregados no

mercado, diminui a renda média das famílias e conseqüentemente reduz os níveis de consumo, ocasionando também a elevação do nível de pobreza.

O PIB, resumidamente, é o parâmetro que representa toda a riqueza (bens e serviços) produzidos num país durante um certo período de tempo. Para ser considerado uma crise, o valor do PIB deve cair por dois trimestres consecutivos, marcando o início da recessão. Essa fase quando perdurada por no mínimo 3 ou 4 anos, pode ser denominada como depressão. Nesse estágio, há uma forte queda nos investimentos e produção dos países envolvidos (SANKHYA, 2017).

Uma crise econômica pode ter seus efeitos em cadeia, atingindo vários países que possuem relação comercial entre si. O resultado desse macro evento pode ser observado, por exemplo, na crise do Estados Unidos da América (EUA) em 1929 que atingiu a economia global e também a crise do Brasil que teve início em 2014 e é o principal foco deste trabalho.

2.1.1.1 Causas de uma crise Econômica

As causas de uma crise econômica podem partir desde uma instabilidade política até mesmo de uma tomada de decisão para a prevenção de uma recessão econômica. Um exemplo de causa, foi o ocorrido em 1929 no EUA, uma das mais famosas. O principal fator que a desencadeou foi de a produção ser muito maior que o consumo, já que o país tinha uma alta taxa de importação para a Europa devido ao cenário de pós guerra. Quando os países do continente europeu voltaram a ter fomento para seu próprio sustento, as taxas de exportação do EUA caíram, fazendo com que houvesse excesso de mercadoria. Com esse excesso, a mão de obra foi reduzida e assim, vários trabalhadores perderam seus empregos, diminuindo a taxa de consumo interno e aumento do nível de pobreza, caracterizando o início de uma fase de recessão. O início da recessão do EUA levou os outros países a decaírem também por serem fornecedores de matéria prima para a produção dos bens de consumo. O governo da época adotava a ideia de liberalismo onde o governo não tinha influência das decisões econômicas das indústrias. Esse fator, agravou a crise por não ter planejamento de sustento para empresas em decadência, levando várias à falência (FERREIRA, 2014).

Outro exemplo de causa de uma crise, foi o ocorrido em 2008 com o mercado imobiliário do EUA como descrito por REIS, 2019. Com a inflação, juros baixos e os investimentos em alta, os bancos sentiram segurança suficiente para facilitar a liberação de crédito na compra de imóveis que como consequência, houve uma alta na liberação de empréstimo sem análise prévia do perfil do investidor. O governo ao perceber o consumo acelerado, decidiu aumentar os juros relacionado a essa área fazendo com que as dívidas não fossem pagas, resultando num grande déficit financeiro. As consequências dessa crise atingiram patamares mundiais e teve grande influência na recessão de 2014 no Brasil. Suas consequências serão melhor descritas no próximo tópico.

2.1.1.2 Consequências da crise econômica de 2008 no EUA

As consequências de uma crise variam de acordo com o que a desencadeou tendo alguns traços em comum entre elas apenas. Para entender o que ocorreu em 2014 no Brasil, é necessário analisar o contexto macroeconômico da época. A crise que eclodiu nos EUA em setembro de 2008 se alastrou por todo o mundo e os impactos se manifestaram via câmbio e através da incerteza que atingiu direta e indiretamente, empresas, bancos, famílias, contas externas e a indústria.

A chegada da crise ocasionou um descontentamento por parte dos investidores estrangeiros que, para evitar mais prejuízos nos seus respectivos países de origem, tomaram a decisão de desfazer suas carteiras de ações no país. (PENIDO DE FREITAS, 2009). O medo e a insegurança trazido por essa situação econômica, foi o estopim para as empresas e especuladores transferirem os lucros para a sua matriz, ocasionando um saldo negativo na conta de serviços e renda. A desvalorização cambial ocorreu por conta dessa intensa saída de capital. (ARAUJO; GENTIL, 2011). Essa desvalorização cambial, causada pela transferência de capital para fora do país, foi responsável pela agravamento da situação de empresas e dos bancos que previamente visavam atender as demandas das empresas ofertando empréstimos com taxas competitivas em derivativos de dólar (PENIDO DE FREITAS, 2009).

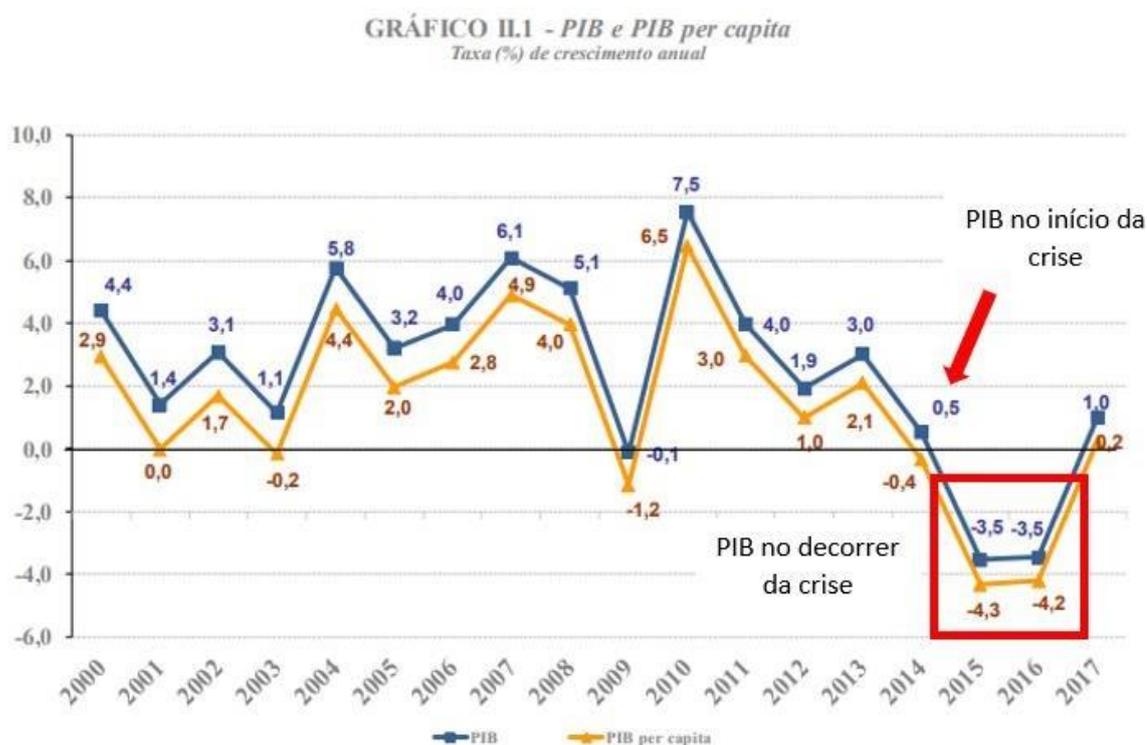
A confiança que era previamente depositada na estabilidade do câmbio ocasionou a disseminação de operações, reforçando cada vez mais a situação desenfreada de diversos tipos de empresas e bancos de médio porte. (PENIDO DE FREITAS, 2009). Os bancos de pequeno e médio porte, anteriormente citados,

chegaram a sofrer grandes perdas, em parte porque dependiam fortemente de recursos e capital estrangeiro. (MESQUITA E TORÓS, 2010, APUD ARANTES E DE PAULA, 2012). Ao se depararem com esse cenário instável, bancos de grande porte, temendo maiores perdas, tomaram a decisão de reduzir suas operações de crédito ocasionando uma espécie de bloqueio no mercado interbancário. (FREITAS, 2009, APUD ARANTES; DE PAULA, 2012).

2.2 O comportamento da economia brasileira no período 2014

A época de 2014 a 2017 no Brasil foi uma das maiores recessões que o país já passou e foi responsável pela redução de 8,6% do PIB que é, num geral, um valor consideravelmente alto onde nunca havia sido registrado antes, com exceção da crise americana de 1929. Podemos observar esse decréscimo no gráfico da figura 2. No ano de 2014, o PIB é de 0,5%. Os piores valores desde o ano de 2000, foram nos anos de 2015, 2016 e metade do ano de 2017, atingindo o máximo de -4,3%.

Figura 2: Desenvolvimento do PIB brasileiro antes e durante a crise de 2014.



Fonte: adaptado de IBGE, 2017.

No período de 2008 a 2010, o Brasil passava por um grande crescimento econômico e, devido aos impactos externos, como a própria crise de 2009 e fatores internos como políticas públicas do lado fiscal mal aplicadas e políticas econômicas não bem definidas, o país se depara com o cenário de crise em 2014. Porém entre esse período de 2009 a 2014, mesmo o Brasil crescendo significativamente, haviam indícios de que os dados apresentavam discrepâncias e que a elevação da taxa do PIB era consequência da implementação da política de estímulo ao crédito no governo Lula, com o intuito de promover maior acessibilidade na aquisição de crédito por parte da população, estimulando o consumo interno do país (PAULA ; PIRES, 2017).

Como mencionado acima, esse estímulo no consumo reflete diretamente no PIB, conforme a fórmula:

$$PIB = C + I + G + (X - M)$$

Onde “*C*” representa o consumo das famílias em bens e serviços que devido a facilidade da obtenção de empréstimo, possibilitou um aumento substancial no poder aquisitivo das famílias e ocasionou, de forma provisória, o giro da moeda; “*I*” representa os investimentos das empresas indicando como as mesmas reagem ao cenário econômico, demonstrando que quanto mais propício o desenvolvimento das empresas dentro do país, maior o capital investido pelas empresas em desenvolvimento como compra de equipamentos, tecnologias, ampliação de fábricas e etc.; “*G*” representa os gastos do governo em bens e serviços, que, essencialmente, contabiliza o capital investido em obrigações sociais como salários de funcionários públicos, programas sociais, previdência e entre outros investimentos; A equação “*X - M*” representa a balança comercial, que trata-se da diferença de exportação e importação no país, onde há a possibilidade de mensurar relações internacionais de comércio com parceiros. Se o saldo da balança for positivo, o país tem um saldo credor com o exterior, ou seja, não apresenta dívida internacional, porém, caso a balança seja negativa, apresentará um déficit com o exterior, culminando em uma dívida internacional (PASSOS; NOGAMI, 2005).

A população era induzida a consumir cada vez mais internamente devido à grande acessibilidade a essa nova liberação de crédito, ocasionando um deslanche no aumento dos gastos públicos que conseqüentemente causou um giro forçado na economia, proporcionando uma espécie de crescimento fantasma em cima do Brasil,

porém, por ser apenas um crescimento ilusório, o declínio por conta da liberação desenfreada de crédito era iminente (PAULA ; PIRES, 2017).

Já no cenário da construção civil, por ser um setor sujeito a crises, apresentava um grande nível de discrepância no seu desempenho econômico. A crise de 2014 a 2017 foi marcada por diversos investimentos em infraestruturas nacionais como Copa do Mundo 2014, Olimpíadas, Transposição do Rio São Francisco, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, até outros investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que trouxeram uma série de repercussões que acabaram atingindo o mercado da engenharia brasileira. Isso tudo adicionado ao fator político unificado com a imagem que esse setor da construção apresentou para a população, que acabou tornando cada vez mais difícil que retomassem o crescimento (ANDRADE, 2018).

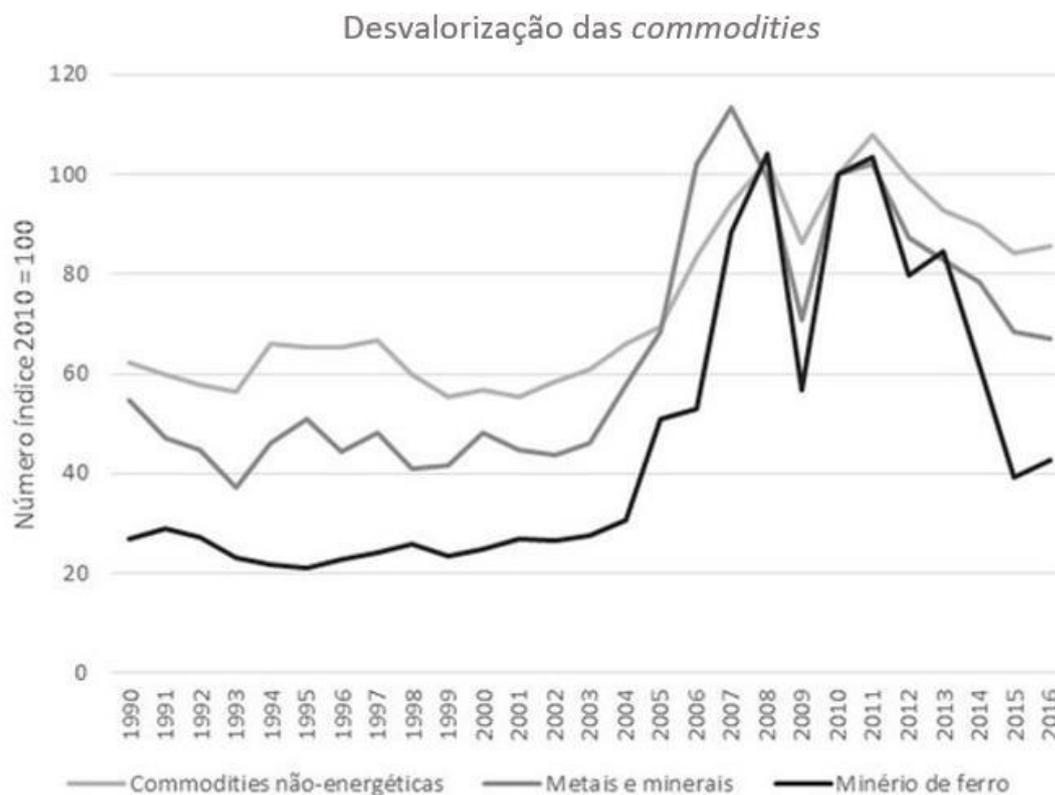
2.3 Origem e as principais causas da crise brasileira iniciada em 2014

A crise brasileira de 2014 ocorreu por uma série de fatores como a redução dos preços das *commodities*. Uma queda brusca na demanda por parte da China e da Índia, que são, até hoje, os maiores importadores de *commodities* do mundo, foi ocasionada devido a especulações, do mercado financeiro internacional, em relação a China que previam uma redução na porcentagem do crescimento econômico chinês (BALBONES, 2016; IMF, 2015). Como consequência dessa queda, houve uma redução dos preços que foi extremamente prejudicial para países como o Brasil, que grande parte do seu PIB é composto pelo setor agropecuário (primário) (MANZI, 2016).

Inicialmente, o Brasil possuía uma projeção promissora de crescimento do PIB, porém, uma intensa redução nos níveis de exportação brasileira de *commodities*, ocorreu no período de 2014 a 2015, trazendo como uma de suas consequências, uma queda, de proporções catastróficas no PIB brasileiro. Esse evento foi responsável por apontar também algumas falhas no nosso sistema econômico. O Brasil tem, como principal base de economia, o setor primário, logo, a queda das *commodities* explicitou o fato de que o país não estava se desenvolvendo de forma satisfatória em serviços, indústria e outros tipos de atividade (MELLO; ROSSI, 2017). A figura 3 mostra o desenvolvimento do valor das *commodities* não-energéticas, dos metais e minerais e

do minério de ferro no decorrer da recessão. O gráfico abaixo apresenta a porcentagem de desvalorização das *commodities* anualmente.

Figura 3: Depreciação do preço do preço das *commodities* em porcentagem.



Fonte: World Bank (2017).

Um outro fator que contribuiu para a crise de 2014 foram os erros cometidos nas políticas públicas e nas estratégias do governo, conhecidas como erros macroeconômicos, onde podemos brevemente citar o desgaste com a Nova Matriz Econômica (NME), que havia sido implementada pela equipe econômica do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, no governo Dilma Rousseff, entre 2011 e 2012, que concedia maior autonomia ao governo para que interferisse nos preços, nas taxas de juros e nas políticas fiscais, controle de preços, elevação de gastos, concessões de subsídios para parceiros e entre outros. Como consequência das intervenções realizadas pelo governo e dos incentivos fiscais concedidos, houve uma erosão das contas públicas, que contribuiu para o aumento gradual do déficit primário e das dívidas interna do país. Este fato fez com que houvesse uma elevação de risco

que implica num aumento na taxa de juros real do país, reduzindo, assim, o nível de consumo das famílias, de sua renda, afastando investidores estrangeiros, causando impacto negativo ao PIB brasileiro (CAGNIN et al 2013).

Além do desgaste da NME citados acima, é concomitantemente considerado o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a recusa do governo de trabalhar em políticas de ajustes fiscais. O impeachment, previamente citado, intensificou o cenário de incerteza estrangeira no quesito de investimento interno no país. Quanto às políticas de ajustes fiscais, se fariam necessárias dentro do país para estabilizar as contas públicas, reduzindo gastos do governo, aumentando a arrecadação de impostos, reajustando as normas e regras fiscais e projetos de incentivos para fomentar os negócios no país, melhorando a qualidade de vida dos empresários, possibilitando a abertura de mais negócios, contratação de funcionários, fazendo com que o país tenha uma maior crescimento econômico (CAGNIN et al 2013).

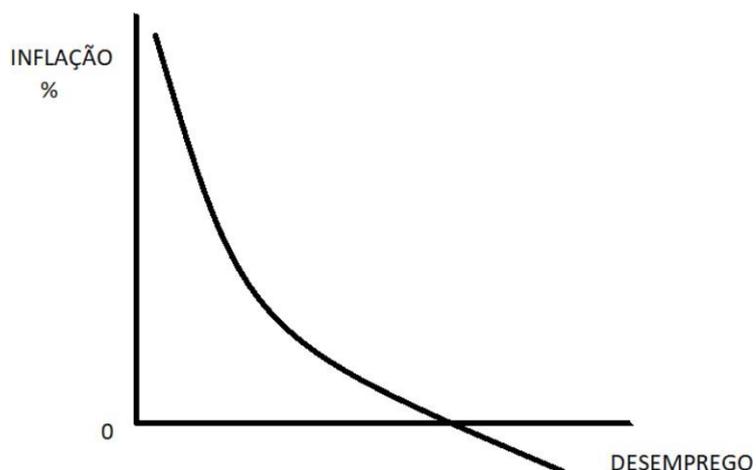
Outro fator determinante para a mudança de comportamento do mercado e consequente oscilação nos níveis de desemprego no país é a variação da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com preços em alta e setores de subsistência sendo afetados, haverá um choque entre oferta e demanda, onde a queda nos níveis de produção não acompanhará a demanda por bens da população, principalmente à curto prazo. A longo prazo, os impactos da inflação tendem a se estabilizar e podem se modificar de acordo com as políticas internas adotadas pelo governo. Porém não se pode comprovar esses fatos ao analisar a teoria proposta pela Curva de Phillips na figura 4, criada pelo economista neozelandês William Phillips, em conjunto com a NAIRU (Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment) proposta pelo economista Edmund Phelps (ANDRADE, 2018). Conforme observado na figura 5, tanto a NAIRU quanto a Curva de Phillips podem se deslocar conforme o cenário econômico se modifica.

De acordo com Phillips, acompanhando a lei de oferta e demanda, quanto maior for a taxa de desemprego de um país, menor será sua inflação. E de acordo com Phelps, ao atingir o NAIRU, os números de desemprego em um país não são suficientes para aumentar a inflação. Dessa forma, há um equilíbrio entre esses dois elementos que costumam ser inversamente proporcionais (onde um desce e o outro

sobe) de acordo com o conceito econômico conhecido como Curva de Phillips (ANDRADE, 2018).

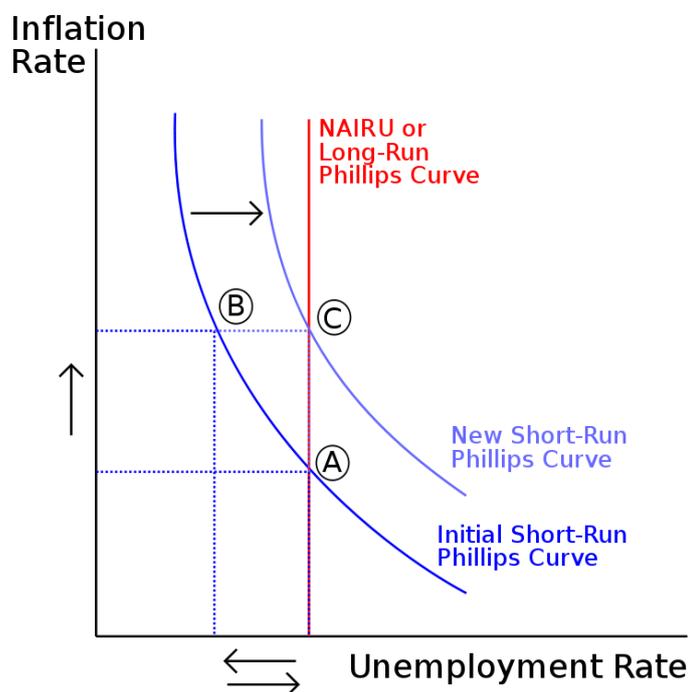
As propriedades presentes da teoria de Phillips não são aplicáveis ao Brasil diversos fatores. Um deles, o período de hiperinflação presente em inúmeros planos monetários e econômicos com viés de sustentar a taxa de inflação. Com um cenário de incerteza, não havia como sustentar boas expectativas em relação à situação brasileira. E, outro motivo, seria a troca para o Plano Real que mascara e causa desvios em dados antigos que demonstrem a relação entre desemprego e inflação, estes que formam a base para a teoria de Phillips e Phelps (SILVA, 2019).

Figura 4: Curva de Phillips.



Fonte: MANCHAVA, 2014.

Figura 5: Representação da curva NAIRU.



Fonte: Adaptado STAMATIOU; DRITSAKI, 2018.

2.4 A relação entre crescimento econômico e emprego

Quando mencionamos o crescimento econômico, leva-se em conta que o mesmo progride concomitantemente ao crescimento do PIB. Uma boa exemplificação dessa argumentação, seria a própria equação de cálculo do PIB. A variável consumo, por exemplo, se relaciona diretamente a taxa de ocupação (população empregada), pois a população com uma renda estável tende a aumentar o nível de consumo interno. Caso, por conta de algum imprevisto, esse fluxo de renda seja interrompido, a fomentação de consumo do país sofrerá uma redução ocasionando a implantação de políticas, ações públicas e medidas provisórias por parte do governo na tentativa de regulamentar o mercado de trabalho.

Com o aumento dos gastos do governo, coincidentemente, não apenas ocorre o aumento do endividamento público que acarreta alterações na inflação do país, ocasionando o crescimento do preço de produto do mercado interno, diminuindo o poder de compra da população e como também reduz o nível de confiabilidade no

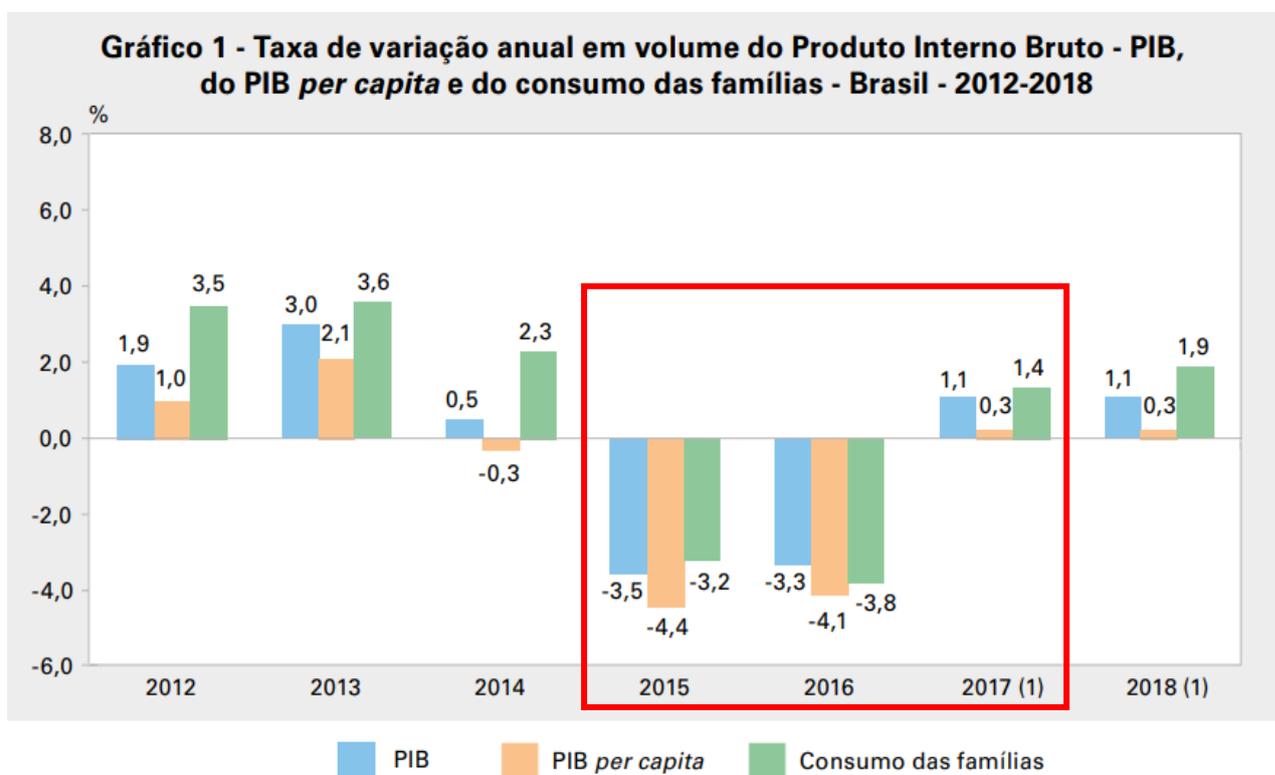
país, afastando possíveis investidores externos (LIMA, 2008). Todos os aspectos citados acima, reduzem o PIB, pois suas variáveis são dependentes umas das outras.

CAPÍTULO 3 – PANORAMA DO DESEMPREGO NO BRASIL COM BASE NA CRISE ECONÔMICA/POLÍTICA NO TRIÊNIO 2014-2017

3.1 Efeitos da crise de 2014 no mercado de trabalho brasileiro.

As decisões políticas tomadas antes e durante a crise de 2014 combinada com a maneira em que foi tratada a inflação, resultou em um reflexo negativo no mercado de trabalho e as taxas de desemprego. A figura 6 mostra a taxa do PIB (barra azul), a taxa do PIB *per capita* (barra laranja) e também mostra a taxa de consumo das famílias (barra verde) entre 2012 a 2018 onde foi-se destacado o período estudado de 2015 a 2017.

Figura 6: Taxa de variação anual em volume do PIB, PIB per capita e consumo das famílias brasileiras no período de 2012 a 2018 dando destaque para o período de 2015 a 2017.



Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2012-2018.

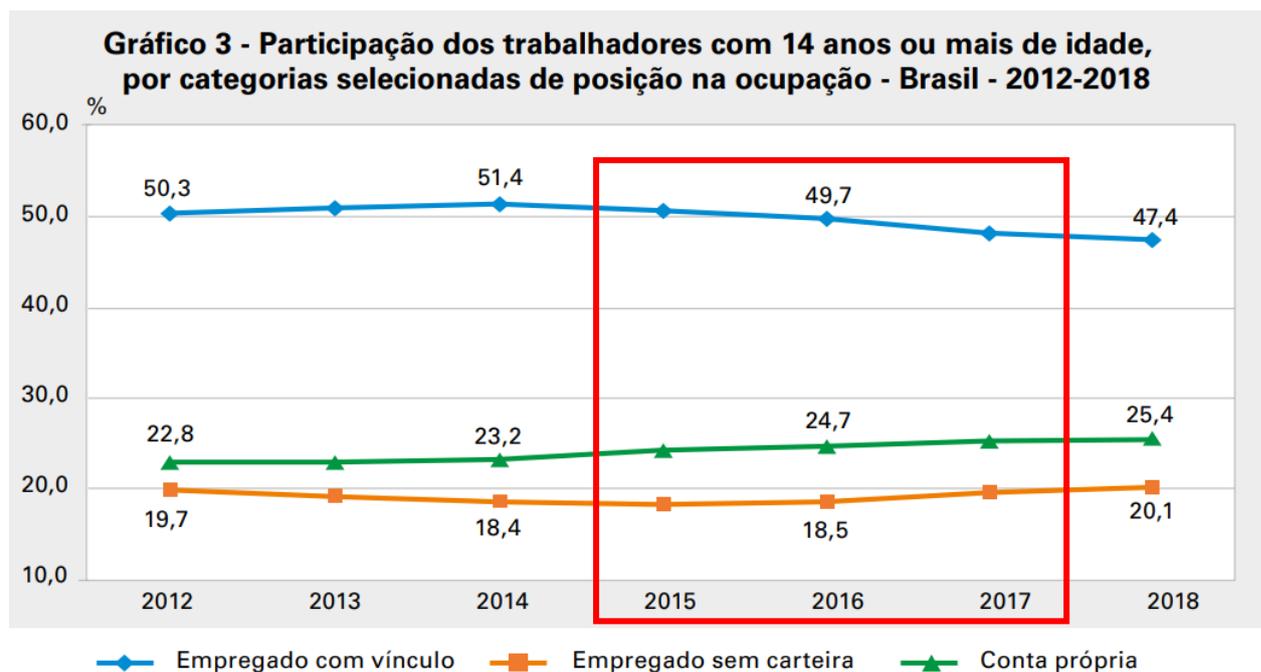
Na imagem pode-se observar que no ano de 2013, o PIB apresentava uma variação positiva de 3,0%, um valor onde o país é considerado em crescimento. O PIB *per capita*, que indica a participação por pessoa no PIB, apresenta um valor positivo de 2,1% mostrando que o rendimento de cada indivíduo condiz com um cenário de país em crescimento. O consumo das famílias apresenta a elevação de 3,6%, indicando que os grupos familiares estariam tendo maior acesso a bens e serviços, aumentando o seu consumo. No começo de 2014, é possível observar que o PIB teve uma queda de 2,5%, assumindo o valor 0,5% positivo. O PIB *per capita*, assume um valor negativo de 0,3%, indicando que a contribuição por pessoa no PIB caiu, caracterizando um cenário de desemprego. A taxa de consumo das famílias caiu para 2,3% positivo, reduzindo o poder de compra, mas ainda assim indicando um índice razoável de consumo. Em 2015 e 2016, é possível observar que todas as taxas caem apresentando o pior cenário de desemprego, poder de consumo e produção do país, caracterizando o cenário de recessão e depressão (ANDRADE, 2018). No ano de 2017, podemos perceber que o PIB volta a ser positivo, passando de -3,3%, em 2016, para 1,1%, um crescimento de 4,4%, caracterizando a fase de recuperação.

O gráfico da figura 7 apresenta dados do IBGE da taxa de empregados em porcentagem a partir dos 14 anos de idade no período de 2012 a 2018. A linha azul representa a taxa percentual de empregados com vínculo. A linha verde, demonstra os empregados por conta própria e a linha amarela mostra a taxa de empregados sem carteira, ou seja, sem vínculo e irregulares.

Analisando o gráfico, podemos observar que durante o ano de 2014, 51,4% da população possuía empregos formais (com vínculo empregatício), 23,2% trabalhavam por conta própria e apenas 18,4% tinham empregos informais. Como a crise é desencadeada em 2014, a média de empregados formais ainda permanece alta, sofrendo as principais consequências nos anos de 2015 a 2018. Esse último ano, que de acordo com os valores do PIB já estaria na época de recuperação da crise, apresenta a menor taxa de empregados regularmente (47,4%), a maior taxa de autônomos (25,4%) e também maior taxa de empregados irregularmente (20,1%). Quando a crise se instalou no país, as empresas sofreram um déficit econômico alto, resultando na queda da produção das indústrias. Para não declarar falência, elas optaram por diminuir a quantidade de empregados e reduzir os salários daqueles com

formação superior. Com a diminuição da quantidade de empregos formais, as opções restantes como fonte de renda foram os de trabalho autônomo ou irregular, o que justifica o aumento das duas taxas nos anos de 2015 a 2017.

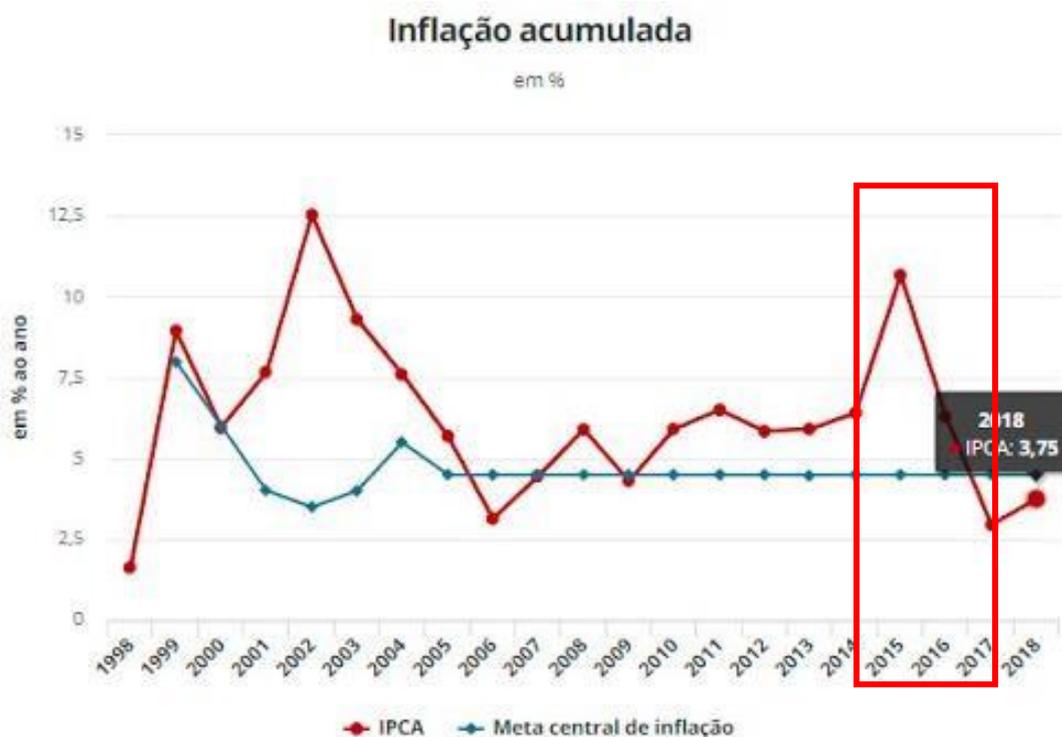
Figura 7: Participação dos trabalhadores com 14 anos ou mais no Brasil no período de 2012 a 2018 dando destaque para os anos de 2015 a 2017.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

De acordo com a figura 8 a taxa de inflação disparou no de 2015, chegando a atingir por volta de 10,67% no índice IPCA, como reflexo ao aumento dos preços das commodities e queda nos níveis de produção e emprego, acarretando na queda do poder de consumo do brasileiro, reduzindo ainda mais o PIB.

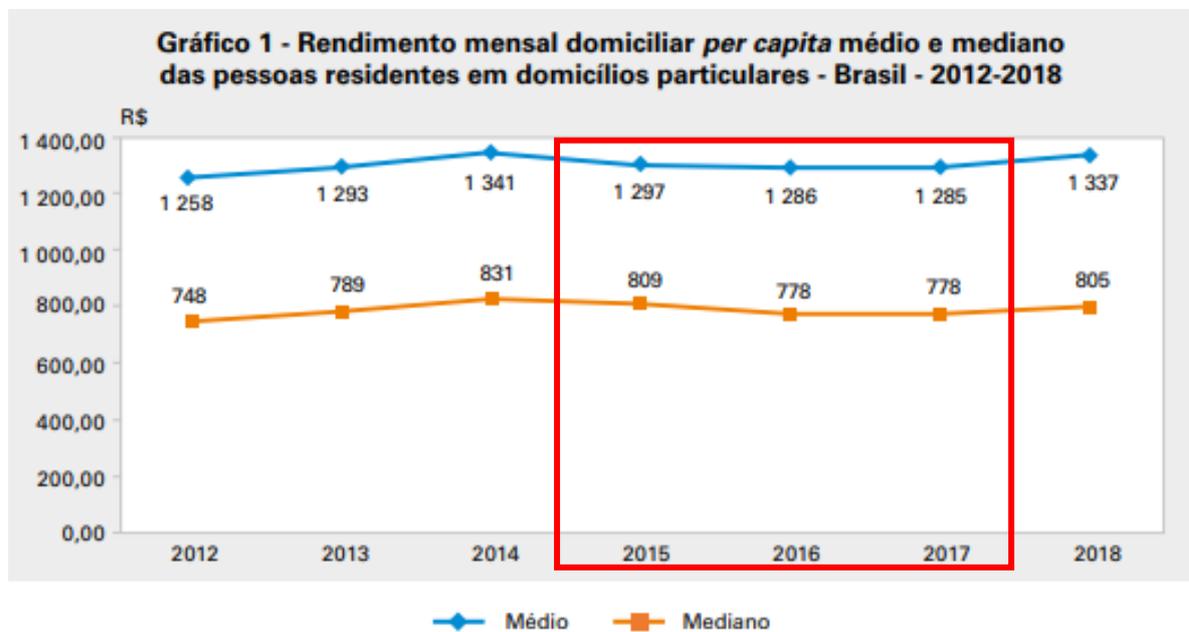
Figura 8: Variação IPCA e Meta inflacionário destacando os anos de 2015 a 2017.



Fonte: IBGE, 2018.

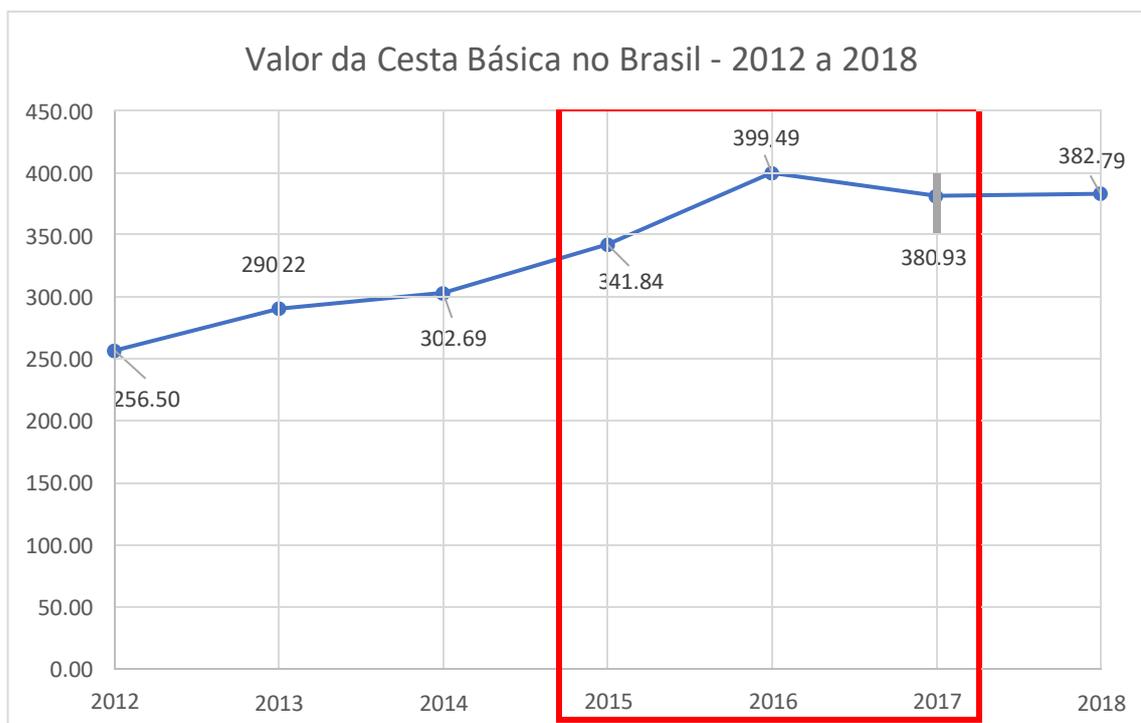
Outro gráfico que pode analisar os efeitos da crise no mercado de trabalho, é o da figura 9 onde a linha azul indica o salário médio mensal *per capita* e a linha laranja indica o salário mediano mensal *per capita* entre os anos de 2012 a 2018. No gráfico, é possível observar que o rendimento mensal tem uma queda de R\$56,00 no período de 2014 a 2017. A queda do salário faz com que as pessoas tenham maior dificuldade de ter acesso a uma cesta básica, levando em consideração que o seu valor também sofreu um aumento significativo. O gráfico da figura 10 mostra o desenvolvimento dos valores dos alimentos no período de 2012 a 2018 de acordo com os dados do DIEESE. A cesta básica altera o seu valor de acordo com a alteração da inflação, ou seja, seu maior valor é atingido em 2014 devido à alta inflação da época.

Figura 9: Gráfico com os indicadores selecionados do mercado de trabalho brasileiro no período de 2012 a 2018 com ênfase nos anos de 2015 a 2017.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 – 2018.

Figura 10: Evolução dos valores da cesta básica no Brasil no período de 2012 a 2018 com ênfase nos anos de 2015 a 2017.



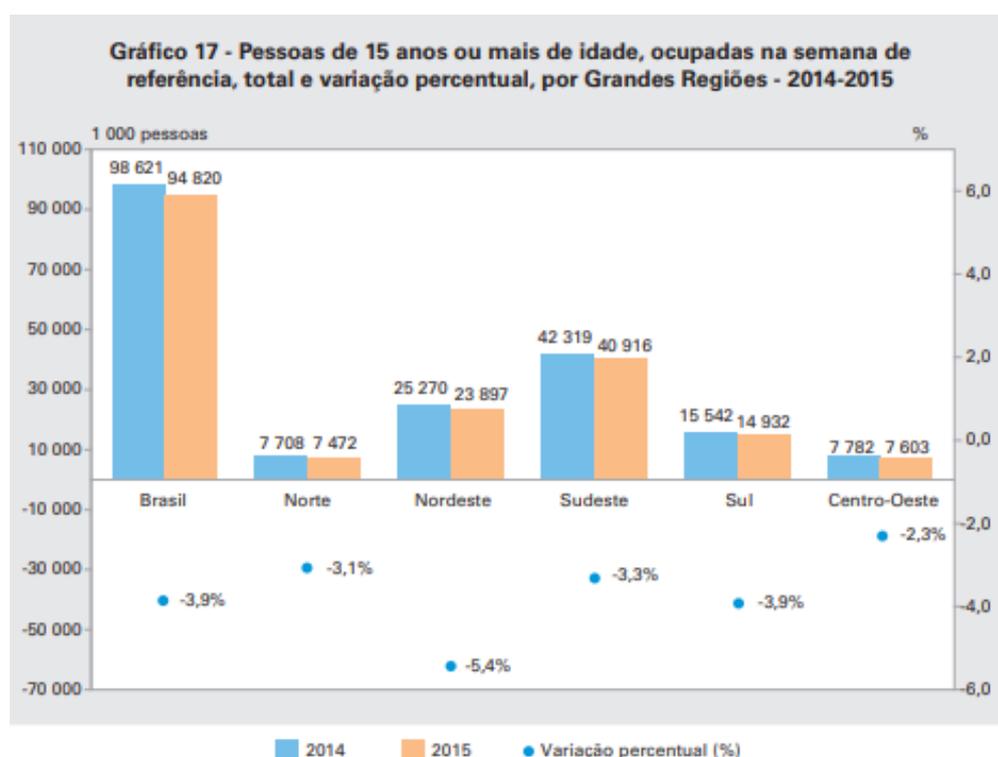
Fonte: Elaborado pelo autor

Os setores mais atingidos foram: construção civil, indústrias, extração mineral e agropecuária. Além disso, também pode-se observar que o desemprego atingiu de maneiras diferentes cada estado brasileiro, cada faixa etária e socialmente cada indivíduo.

3.2 Efeitos da crise de 2014 no mercado de trabalho brasileiro por região.

O desemprego causado pela crise de 2014 atingiu de maneira diferenciada cada estado brasileiro. O gráfico da figura 11 mostra o cenário de ocupados (pessoas com trabalho regular, irregular ou autônomo) nos anos de 2014 e 2015. Os dados do IBGE, que compõe a análise comparam uma semana em específico dos dois anos. Além disso, ele mostra a variação, em porcentagem, da queda de empregados. A região que apresenta maior variação é o Nordeste, com uma queda de 5,4% e a que apresenta menor variação é a região Centro-Oeste, com decréscimo de 2,3%. O Nordeste é a região que possui maior taxa de variação devido à alta quantidade de pessoas não alfabetizadas, auxílio governamental e principal atividade econômica.

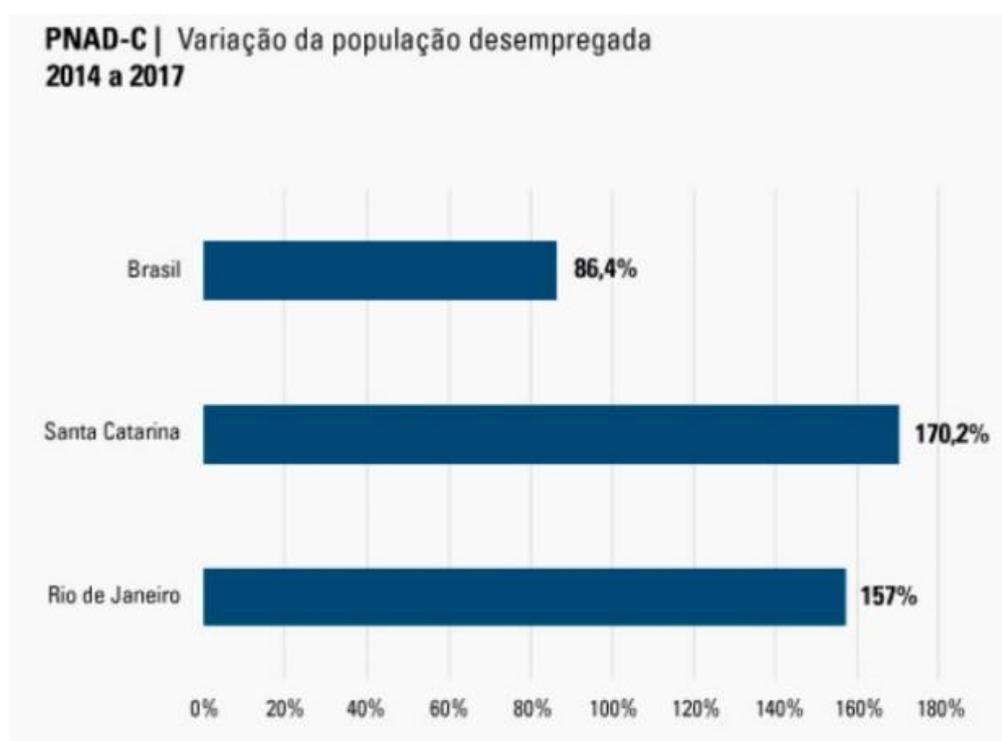
Figura 11: Relação de pessoas ocupadas a partir dos 15 anos nos períodos de 2014 e 2015.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 – 2018.

Os estados mais afetados com as demissões foram Santa Catarina, que apresentou um aumento de 170,2 % de 2014 a 2017, e o Rio de Janeiro com um aumento de 157% de 2014 a 2017, conforme observado na figura 12. O aumento de desempregados ocorre no Rio de Janeiro devido as condições financeiras do estado e o de Santa Catarina devido as principais atividades comerciais da região (ANDRADE, 2018).

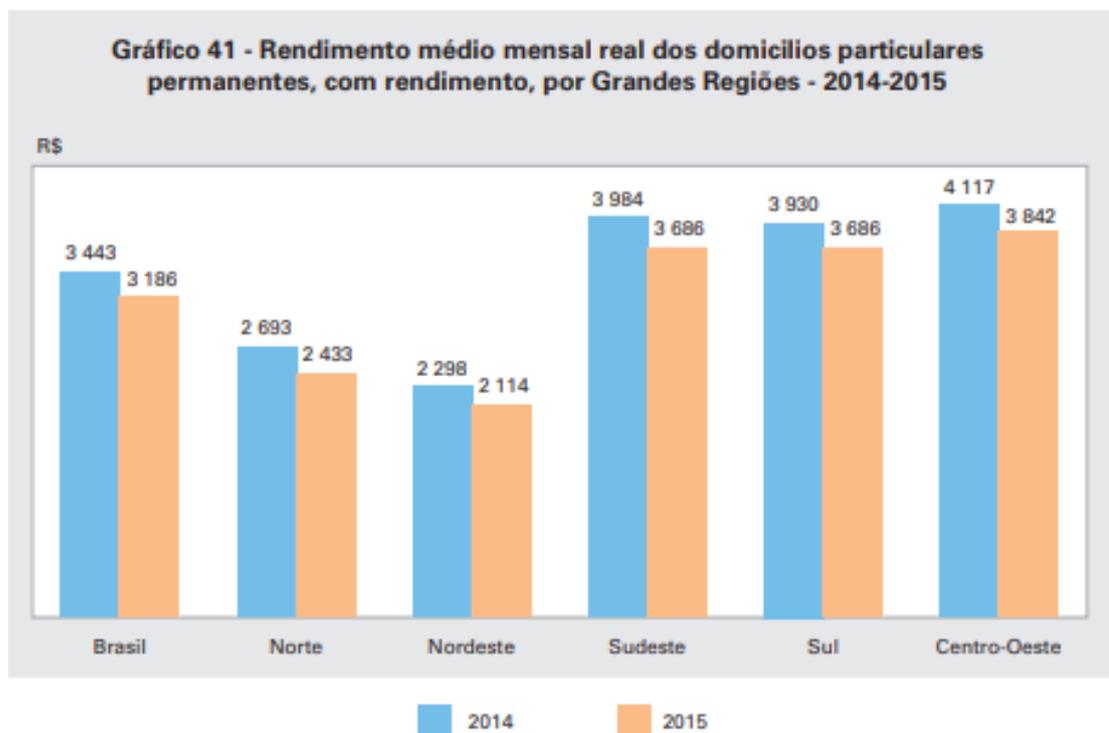
Figura 12: Variação da taxa de desemprego entre 2014 e 2017 dos estados mais afetados.



Fonte: ANDRADE, 2018

A análise da média salarial por região possui um comportamento diferenciado quando comparado com a taxa de demissão. A figura 13 apresenta um gráfico com a média salarial do Brasil e de cada região dos anos de 2014 e 2015.

Figura 13: Variação do salário por região dos anos de 2014 e 2015.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 – 2018.

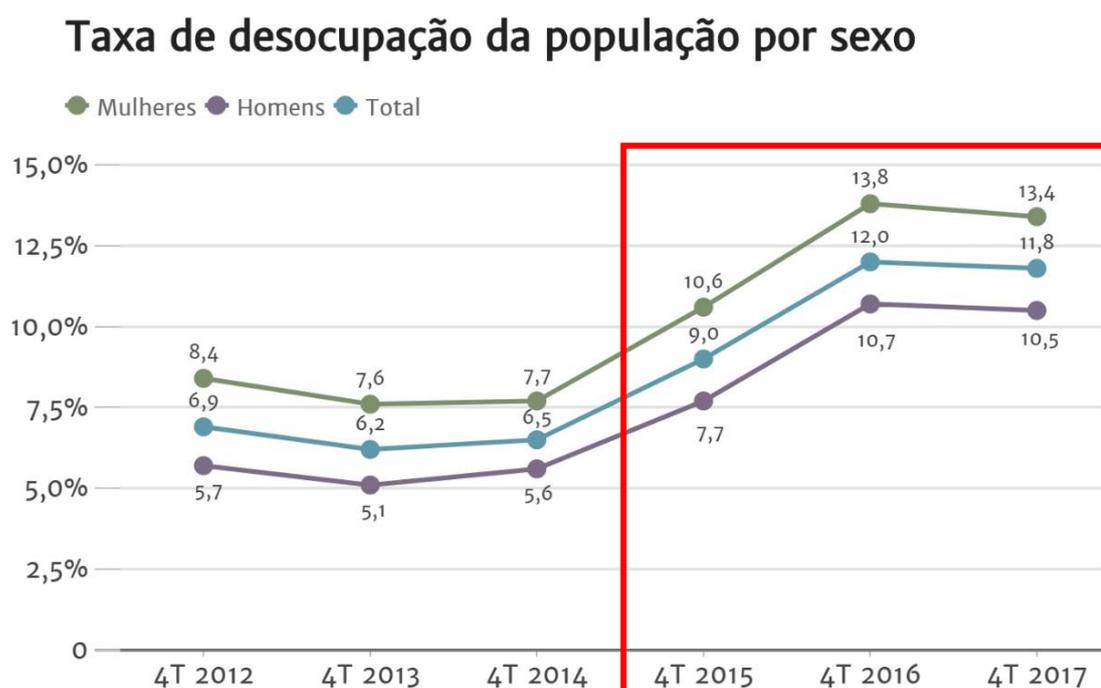
A partir dos dados do gráfico da figura 13 podemos perceber que a região mais afetada na variação salarial foi a região Sudeste, sofrendo perda de R\$298,00. A região que menos sofreu diminuição do salário foi o Nordeste, com valor de R\$184,00. Quando comparado com as taxas desocupados, a situação entre as duas regiões citadas é o oposto, o Nordeste possui maior taxa de desempregados e o Sudeste a menor taxa.

3.3 Efeitos da crise de 2014 no mercado de trabalho brasileiro por faixa etária, sexo e cor.

Além da variação de consequências por estado, também pode-se observar consequências por sexo, cor e idade. A figura 14 apresenta dados relacionados a quantidade de desempregados por sexo (homens e mulheres) no período de 2014 a 2017 analisando o quarto semestre de cada ano (4T). A linha verde é a quantidade de mulheres desocupadas, a linha lilás é a quantidade de homens desocupados e a linha azul é a quantidade total dos desempregados. Os valores são apresentados em porcentagem. Os dados mostram que a quantidade de mulheres desocupadas no

período de 2012 a 2017 é maior que a taxa masculina no mesmo período. O seu pico ocorreu em 2016, mostrando um valor de 13,8% contra 10,7% dos homens, sendo 3,1% a mais.

Figura 14: Taxa de desocupação por sexo da população nos anos de 2012 a 2017 destacando -se os anos de 2015 a 2017.

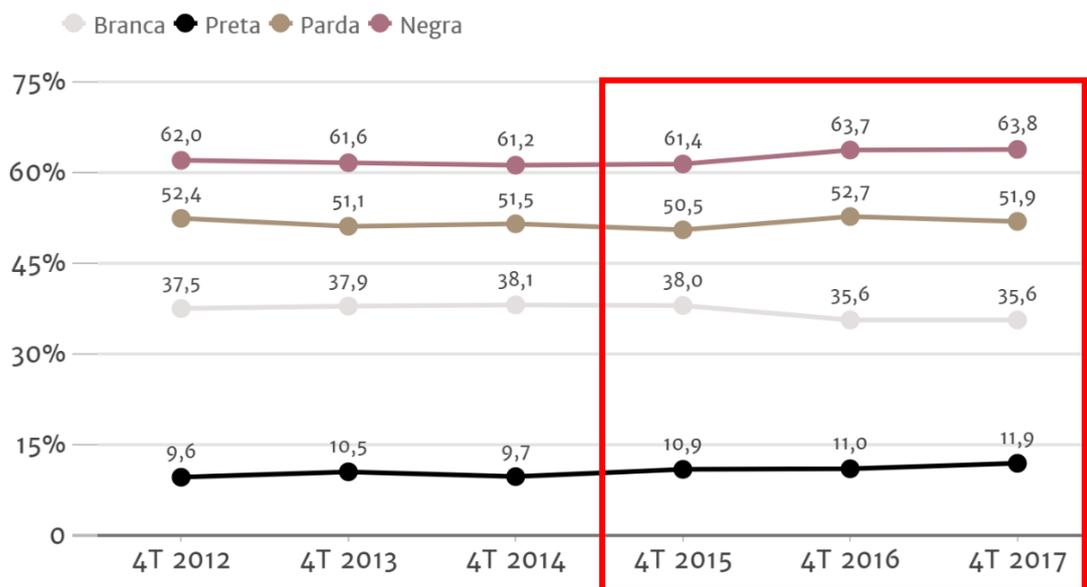


Fonte: PNAD IBGE, 2017.

A figura 15 mostra a quantidade de desocupados por cor/raça no Brasil nos mesmos anos. A linha vinho demonstra a categoria negro (soma entre pardos e pretos) em porcentagem, a linha bege é a categoria de pessoas pardas, a linha branca representa a categoria de pessoas brancas e a linha preta é a categoria de pessoas denominadas pretas. A categoria de negros é a que possui maior porcentagem de desocupados em todo o período analisado. O seu maior valor é atingido em 2016 devido à crise que se iniciou em 2014. A classe branca, teve uma leve diminuição de desocupação nessa mesma época, mostrando ser menos atingido que a população negra. Com esses dados, torna-se visível a diferença racial de desempregados sendo os negros os mais afetados, em 2014 a diferença entre essa categoria e os brancos chegou ao valor de 28,1%.

Figura 15: Distribuição de desocupados por cor/raça no Brasil no período de 2012 a 2017 com análise nos anos de 2015 a 2017.

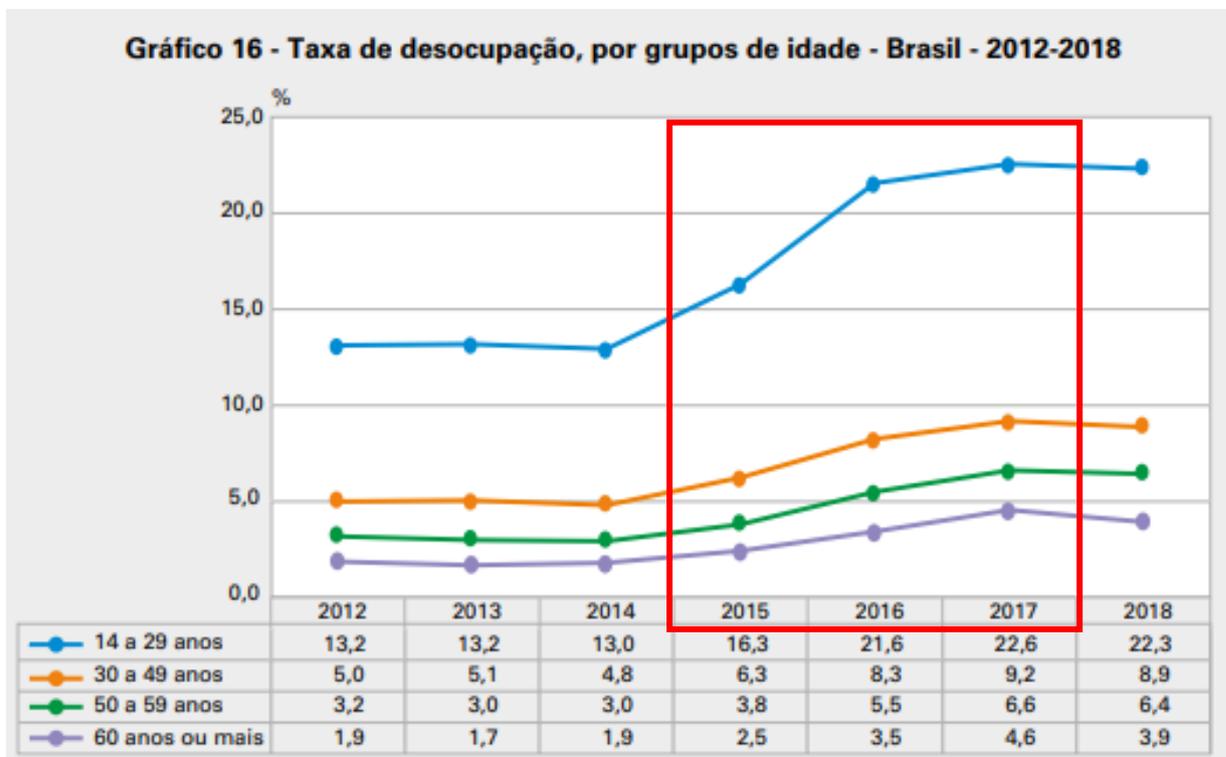
Distribuição da população desocupada por raça



Fonte: PNAD IBGE, 2017.

Uma terceira análise feita pelo IBGE foi relacionado a quantidade de desempregados por idade no país durante o período de 2012 a 2018, apresentado no gráfico da figura 16. A linha azul apresenta o valor percentual dos desocupados entre 14 a 29 anos de idade, a linha laranja representa o grupo de idade de 30 a 49 anos, a linha verde mostra de 50 a 59 anos e a linha lilás representa os desocupados de 60 anos ou mais. O gráfico mostra que a partir de 2014, a taxa de desempregados começa a crescer para todas as faixas etárias, porém é possível observar que as pessoas mais atingidas foram as de 14 até 29 anos, tendo pico de desemprego no ano de 2017 (cerca de 22% contra 14% do ano de 2012).

Figura 16: Taxa de desocupação por grupo de idade nos anos de 2012 a 2018 em porcentagem com destaque nos anos de 2015 a 2017.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 – 2018.

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES

Neste presente trabalho podemos concluir que o índice de desemprego é influenciado por diversas variáveis, e ao mesmo tempo influencia o resultado econômico final do país, principalmente da variável de consumo. O problema de uma taxa elevada de desemprego é a falta de perspectiva não só de crescimento, como de desenvolvimento econômico do Brasil. Ainda que tomadas as medidas corretas para correção do índice de desocupação, serão anos de recuperação. O descontrole fiscal, a desvalorização dos profissionais e a desigualdade de acesso a recursos são pontos de extrema importância à serem estudados e corrigidos para que o Brasil consiga se recuperar e ter uma ótima projeção futura de evolução socioeconômica. A elevação nos índices de consumo das famílias e políticas públicas bem planejadas se fazem necessários para que a população volte ao patamar que possuía anos atrás. O país apresenta forte potencial se explorado e administrado corretamente, por isso uma reforma interna da maneira em que a máquina pública opera é também necessária para que haja melhores condições de crescimento. Para que tudo isso tome forma, será necessário um movimento em conjunto por parte da população e seus líderes, para que enfim o Brasil saia da atual situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Gustavo Salum. O impacto da crise econômica de 2014 – 2017 nas empresas de construção civil – Projeto (Graduação – Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro – RJ, 2018.

ARANTES, Thiago Maciel; ROCHA, Bruno de Paula. Eficiência dos bancos brasileiros e os impactos da crise financeira global de 2008. In: ANPEC, 40, 2012.

ARAUJO, Victor Leonardo; GENTI, Denise Lobato. Uma análise da resposta da política econômica brasileira à crise financeira internacional. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, v. 12, 2011.

BALBONES, Salvatore. How weak is China? The real story behind the economic indicators. Foreign Affairs, 2016. Disponível em:
<<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2016-01-31/how-weak-china>>
Acessado em: setembro de 2020.

CAGNIN, Rafael Fagundes; PRATES, Daniela Magalhães; FREITAS, Maria Cristina P.; NOVAIS, Luís Fernando. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 169-185, 2013.

CARNEIRO, Marco Aurélio Souza. A perda de conteúdo ético na economia durante a substituição do paradigma clássico pelo neoclássico. Monografia (Bacharelado – Ciências Econômicas) – Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes – RJ, 2017.

CARVALHO, Talita. O que é crise econômica? 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/crise-economica-o-que-e/>> Acessado em: setembro de 2020.

CUNHA, Juliana Carvalho. Construção de Indicador Mensal de PIB e Componentes para Datação de Ciclos Econômicos: Uma análise de janeiro de 1980 a setembro de

2016 - Dissertação (Mestrado – Finanças e Economia Empresarial) – FGV - Rio de Janeiro – RJ, 2017.

FERREIRA, Dante Lowenthal Lopes. Brasil e China: Impactos da Crise Mundial e Respostas de Política Econômica. Dissertação (Mestrado – Economia) – Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador – BA, 2014.

FREITAS, Maria Cristina Penido. Os Efeitos da Crise Global no Brasil: Aversão ao Risco e Preferência pela Liquidez no Mercado de Crédito. Estudos Avançados, IE/USP, São Paulo, v. 23, n.66, p.125-145, 2009.

LIMA, Gerson. Matemática Agradável. Revista de Economia Política, 28(3): 471-489, 2008.

MANCEBO, Deise. Crise político-econômico no Brasil: Breve análise da educação superior, Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 141, p. 875-892, 2017.

MANZI, Rafael Henrique Dias. O fim do superciclo das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira, Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, v. 13, n.1, p. 36-43, 2016.

MESQUITA, Mário; TORÓS, Mario. Considerações sobre a atuação do Banco Central na crise de 2008. Brasília: Banco Central do Brasil, 2010. 25p. (Trabalhos para discussão, n.202.

NETO, Giácomo Balbinotto. Teoria dos Ciclos Econômicos. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppge/giacomo/wp-content/uploads/2019/03/AULA-14-TEORIA-DOS-CICLOS-ECON%C3%94MICOS.pdf>> Acessado em: dezembro, 2020.

PAULA, Luiz Fernando; Pires, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. Revista Scielo, v. 31, n. 89, p. 125 - 144, 2017.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de Economia, 5ª edição, Cengage Learning, 2005.

PENIDO DE FREITAS, Maria Cristina. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito, Revista USP, v. 23, n. 66, p.125 - 145, 2009.

REIS, T., Ciclo econômico: entenda como ele funciona e por que ele ocorre, 2018. Disponível em: < <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/ciclo-economico/>> Acessado em: setembro de 2020.

REIS, Tiago. Crise Econômica: O que é e como se protege dos seus efeitos? 2019. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/crise-economica-opportunidade-ou-ameaca/#:~:text=Quando%20acontece%20uma%20crise%20econ%C3%B4mica,taxas%20de%20juros%20e%20infla%C3%A7%C3%A3o.>> Acessado em: setembro de 2020.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica – IE/UNICAMP, n.1, 5p., 2017.

SANKHYA. Crise Econômica: O que é isso e quais os seus impactos? 2017. Disponível em: <<https://www.sankhya.com.br/blog/crise-economica/>> Acessado em: setembro de 2020.

SILVA, Roseli. G-B: O caso brasileiro da Curva de Phillips. Disponível em: < <https://randomwalk.com.br/2019/05/13/g-b-o-caso-brasileiro-da-curva-de-phillips/>> Acessado em: dezembro de 2020.